

## NA OFICINA DA HISTÓRIA DE JENKINS:

### Comentários sobre o livro “A História Repensada”

**Renilson Rosa Ribeiro**

**rrrenilson@yahoo.com**

**renilson\_ribeiro@zipmail.com.br**

Bacharel em História – IFCH/UNICAMP/Mestrando em História Cultural – IFCH/UNICAMP; Organizador e co-autor do livro *O negro em folhas brancas: ensaios sobre as imagens do negro nos livros didáticos de História do Brasil (últimas décadas do século XX)* – [Coleção Cadernos da Graduação, 02. Campinas, SP, Gráfica do IFCH/UNICAMP, 2002]; Atualmente desenvolve pesquisa científica no Programa de Pós-Graduação em História Cultural da UNICAMP sobre as representações do negro nos manuais escolares de História produzidos no Brasil pós-Segunda Guerra Mundial, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo C. Miceli.

#### Resumo:

O presente ensaio desenvolve uma reflexão sobre as proposições críticas lançadas pelo historiador britânico Keith Jenkins, no recente livro lançado no Brasil *A História Repensada* (São Paulo, contexto, 2001), sobre a disciplina História no mundo pós-moderno.

Palavras-chave: História; Discurso; Pós-Modernidade

*“O problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa: mas saber se é possível constituir uma nova política de verdade. O problema não é mudar a “consciência” das pessoas, ou o que*

*elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção de verdade”*

Michel Foucault – *Microfísica do Poder*

Keith Jenkins, autor de *A História repensada*, publicado em 2001 no Brasil pela Editora Contexto, é professor-adjunto de História na University College Chichester, um dos mais conceituados e renomados centros ingleses para formação de professores. Jenkins é autor do livro *On “What is History?”: from Carr and Elton to Rorty and White* (1995) e organizador da coletânea *The postmodern history reader* (1997). *A História repensada* é o seu primeiro livro traduzido para o português e publicado no Brasil.

Segundo o autor, na nota de agradecimento, alguns dos argumentos presentes no livro apareceram em outros lugares, sobretudo no periódico especializado *Teaching History* de maneira ligeiramente diversa. Muitas das idéias, impressas ou não, foram todas expressas nos últimos anos publicamente, durante os cursos e aulas ministradas para vários grupos de estudantes. A estes últimos, ele agradece por terem participado de alguns debates de amplo aspecto. Aos estudantes de História, Jenkins faz questão de destacar: “Este livro destina-se primordialmente aos estudantes que estão começando a empreender o estudo da questão: “O que é a história?”. Foi escrito tanto como introdução (no sentido de que talvez sejam apresentados aqui certos assuntos com os quais o leitor não se deparou ainda), quanto como polêmica. Nas páginas seguintes, vou expor um determinado argumento do que seja a história, mas não de maneira que você deva aceitá-lo, mas para que possa encará-lo criticamente. Do começo ao fim, o objetivo é ajudá-lo a desenvolver sua própria reflexão sobre a história e a ter controle de seu próprio discurso” (p. 17).

A preocupação com os seus leitores está presente na linguagem clara e objetiva adotada no trato da temática proposta de repensar a História ensinada e praticada. O texto de Jenkins traz sempre elucidativos exemplos para suas argumentações e questionamentos. Isto não quer dizer em hipótese alguma que o livro seja superficial na sua linha analítica. Pelo contrário, podemos afirmar que estamos diante de um “pequeno denso” livro. Um texto que nos servirá, com certeza, como porta de entrada para outros textos sobre o produção do conhecimento histórico no mundo contemporâneo.

O livro é muito rico não somente pelo diz, mas também pelas questões que abrem para o estudo do fazer do historiador. Embora o autor responda às questões polêmicas propostas, ele deixa muito claro que os seus leitores, principalmente os profissionais da História, precisam assumir sua

responsabilidade e enfrentar com coragem e ousadia todas estas questões e muitas outras que fazem parte do nosso universo de atuação. Ousadia e coragem, que Margareth Rago, no prefácio do livro, identifica no discurso de Jenkins.

*A História repensada*, segundo Rago, “nos chega em boa hora, e é, acredito, um excelente convite para uma séria conversa entre os historiadores preocupados em pluralizar a História, democratizando-a e libertando-a das formas hierarquizadoras e excludentes do pensamento identitário, abrindo-se não só para múltiplos sujeitos sociais, mas para enfoques, acontecimentos diferenciados” (p. 13).

Ao lermos Jenkins temos nosso espírito tomado por uma forte inquietação perante o estudo da história. A nossa oficina, de repente, sente-se invadida por um aroma de dúvida. Aquela sensação de que algo precisa ser feito. De que precisamos abrir as janelas e deixar a luz do dia entrar. Esta cena faz nos lembrar da reivindicação feita por Lucien Febvre, em *Combates pela história* (1986): precisamos viver a história! Precisamos deixar a vida *urgentemente* tomar conta de nossa oficina: “para fazer história, virem resolutamente as costas ao passado e antes de mais vivam. Envolvam-se na vida” (p. 40).

Precisamos proferir um grito de amor, ou seja, lembrar que nós, amantes da História, somos atores que no labor artesanal com nossas ferramentas forjamos, como nos lembra Jenkins, “um dentre uma série de discursos a respeito do mundo” e “embora esses discursos não criem o mundo, eles se apropriam do mundo e lhe dão todos os significados que têm” (p. 23).

De agora em diante, após a leitura de Jenkins, algumas perguntas, antes encobertas pela névoa sombria das falsas certezas universalizantes, estarão presentes na nossa profissão como destaca Rago: “Final, o que faz o historiador? Para que e para quem busca o acontecido? A partir de que instrumentos, teorias, valores e concepções recorta seus temas, seleciona seu material documental e produz a escrita do passado? E, aliás, de que passado se trata? Dos ricos e dos pobres? Dos brancos e dos negros? Das mulheres e dos homens especificamente considerados? Das crianças e dos adultos? Ou do de uma figura imaginária construída à imagem do branco europeu, pensado como universal?” (p. 12).

Estas questões que Rago identifica na argumentação de Jenkins não se limitam ao universo fechado da oficina do historiador. O universo da sala de aula não está excluído de sua análise, aliás, o seu texto traz muitas experiências retiradas da vida escolar e acadêmica. Aqui encontramos o compromisso de Jenkins com a educação e a formação dos professores. Sua preocupação em pluralizar a História invade, como um moleque travesso

pulando o muro da escola, o espaço da sala de aula, no fazer diário de milhares de professores de História. Questões relacionadas ao currículo, manuais escolares e prática docentes estão a todo instante permeando a linha de pensamento do autor. Mesmo explorando temáticas centradas no campo educacional inglês, muitas situações apresentadas e debatidas por ele podem ser perfeitamente trazidas para a nossa realidade educacional.

A relevância da obra deste autor pode ser identificada na fala de Rago ao explicar a história da publicação no Brasil. A partir de uma experiência de troca de leituras e da busca de textos “teóricos acessíveis, diretos e elucidativos” que pudessem auxiliar os estudantes, professores e pesquisadores de História sobre os rumos dos debates historiográficos dos últimos trinta anos, principalmente após o “furacão” Michel Foucault, a apresentadora do livro, encontrou no texto de Jenkins uma possibilidade de ampliar este debate sobre o fazer da História em tempos pós-modernos. Para Rago, este livro, publicado pela Editora Contexto, é o resultado do esforço de “um historiador preocupado em organizar um pouco a casa, digamos assim, por os pingos nos is, focalizar os movimentos inesperados e as bruscas rupturas que temos vivido em nossa área” (p. 12).

O livro está dividido em três capítulos: Capítulo Primeiro, “O que é História?”; Capítulo Segundo, “Algumas perguntas e algumas respostas”; Capítulo Terceiro, “Construindo a História no mundo pós-moderno”. Estes capítulos, como notifica o autor na Introdução, são todos propositadamente curtos: “Os capítulos ficaram curtos por várias razões, e a principal foi o caráter introdutório e polêmico do texto, o que significa que não me propus apresentar uma cobertura geral (como, por exemplo, a de Marwick) e, em vez disso, procurei manter este livro-argumento-introdutório curto o suficiente para que fosse lido de uma ou duas sentadas e, assim, ponderado de uma vez só. Devo também dizer que não tentei fazer deste texto nada além de básico e didático. Estou ciente da maneira pela qual simplifiquei áreas complexas (por exemplo, a história do pós-modernismo), mas meu objetivo foi expor rapidamente os argumentos e depois indicar nas notas de rodapé abordagens mais douradas e sofisticadas. Em outras palavras, tentei levar à leitura de alguns textos que utilizei “nos bastidores”, ao mesmo tempo que mantinha a maioria deles fora do livro” (p. 111).

No primeiro capítulo, o autor aborda diretamente a questão que tanto intriga estudantes, professores e pesquisadores da área: “O que é a história?”.

Aliás, devemos ressaltar que esta pergunta tem nos perseguido desde os anos escolares. Ainda nos lembramos como se fosse ontem que o primeiro contato com o manual escolar de História no colégio ficou nitidamente marcado pela célebre definição de que “história é o estudo do passado”. Em várias situações,

nós, os alunos e os professores, éramos flagrados com as limitações desta definição. Contudo, o despreparo do professor e as limitações impostas pela estrutura escolar e o discurso impositivo do livro didático nos impediam de pensar em outros termos a importância desta disciplina. O seguro, neste caso, era memorizar e reproduzir o que o livro didático ditava como o que realmente aconteceu nas sabatinas, provas e trabalhos. Engraçado observar o quanto nós fomos treinados pela escola a reproduzir descaradamente o texto de enciclopédias, biografias, paradidáticos e livros didáticos. Nem a liberdade de interpretação podíamos exercer, a leitura era positiva (fechada). O texto é a verdade e ponto.

Lembramos desta situação quando Jenkins relata as experiências das crianças inglesas com o renomado compêndio escolar *England under the Tudors*, de Geoffrey Elton. Assim como as crianças inglesas, nós saímos ao final das aulas de História especialistas na história contada por determinado autor. Dessa maneira (podemos substituir o nome de Elton por qualquer autor de livro didático brasileiro), “na aula em que se trata de aspectos do século XVI, você faz anotações em classe. Mas, para os trabalhos e o grosso da revisão da matéria, usa Elton. Na hora do exame, escreve à sombra de Elton. Ao passar, está aprovado em história inglesa, ou seja, está qualificado na análise de certos aspectos do “passado”. No entanto, seria mais acertado dizer que você passou não em história inglesa, mas em Geoffrey Elton – pois, nessa fase, o que é a sua “leitura” do passado inglês senão uma leitura de Elton?” (p. 26).

Além de abordar a pergunta “O que é a história?”, o autor analisa como se pode responder a ela de maneiras que não necessariamente copiem formulações mais “inglesas”, que deixem inquestionáveis esses tipos de discurso dominante como se eles não apresentassem problemas e que começassem a abrir as perspectivas da história para horizontes mais amplos.

O autor estrutura sua linha pensamento neste capítulo iniciando o exame do que a história é na teoria; depois, do que ela é na prática; e, por último, “juntar teoria e prática em uma definição cética e irônica, construída metodologicamente -, que espero ser abrangente o bastante para proporcionar a você um razoável conhecimento” (p. 23) não somente da “questão da história”, como também de alguns debates e posições que a circundam.

Na sua leitura, a história é um discurso em constante mudança forjado pelos historiadores “e que da existência do passado não se deduz uma interpretação única: mude o olhar, desloque a perspectiva, e urgirão novas interpretações. No entanto, embora os historiadores saibam de todas essas coisas, a maioria parece desconsiderá-las de caso pensado e se empenha em alcançar a objetividade e a verdade mesmo assim. É essa busca pela verdade transcende posições ideológicas e/ou metodológicas”.

Para Jenkins, no campo da teoria, a história compõe-se de epistemologia, metodologia e ideologia. A mostra que jamais poderemos realmente alcançar (ou conhecer) o passado – que discrepância entre passado e história (historiografia) é ontológica, em outras palavras, “está de tal maneira presente na natureza das coisas que nenhum esforço epistemológico, não importando quão grande, conseguirá eliminá-la” (p. 42).

Os historiadores, segundo o autor, produzem modos de trabalhar para reduzir a influência do historiador interpretativo, criando métodos rigorosos que eles tentam transformar em universais das mais variadas maneiras, mas sempre pretendendo que, “se todos seguissemos esses métodos, um alicerce de habilidades, conceitos, rotinas e procedimentos poderia permitir chegar à objetividade”. Contudo, há muitas metodologias; os supostos “alicerces conceituais” são construções recentes e parciais, e Jenkins argumenta que “as diferenças que vemos estão lá porque a história é basicamente um discurso em litígio, um campo de batalha onde pessoas, classes e grupos elaboram autobiograficamente suas interpretações do passado para agradarem a si mesmos. Fora dessas pressões, não existe história definitiva” (p. 43).

Todo consenso só é possível quando as vozes dominantes conseguem calar outras, seja pelo exercício declarado de poder, seja pelo ato velado de inclusão ou anexação. Enfim, na sua análise, Jenkins enxerga a história como teoria, e a teoria como ideologia, e a ideologia como pura e simplesmente interesse material.

Ao olhar a história como prática, o autor observa que esta é e será produzida em muitos lugares e por muitas razões diferentes, e que um desses tipos de história é a profissional – a produzida pelos historiadores. A história produzida pelos historiadores traz elementos identificáveis do universo social e cultural destes. Quando adentram a sua oficina, os historiadores levam, em primeiro lugar, a si mesmos (seus valores, posições, perspectivas ideológicas). Em segundo lugar, “levam seus pressupostos epistemológicos. Estes nem sempre são conscientes, mas os historiadores terão “em mente” maneiras de adquirir “conhecimento” “. Em terceiro lugar, os historiadores possuem rotinas e procedimentos para lidar com o seu material (documento). Em quarto, ao realizar seu serviço de encontrar materiais diversos para trabalhar e “desenvolver”, estes profissionais “vão e vêm entre as obras publicadas de outros historiadores (o tempo de trabalho acumulado em livro, artigos etc.) e os materiais não-publicados” (p. 46). Em quinto lugar, tendo feita a pesquisa, os historiadores necessitam então redigir o texto. É, neste instante, de acordo com o autor, que os fatores epistemológicos, metodológicos e ideológicos voltam a entrar no cenário, inter-relacionando-se com as práticas cotidianas, assim como ocorreu durante todas as etapas da pesquisa. Entre as pressões do cotidiano do historiador, Jenkins cita: a pressão da família e/ou dos amigos; as

pressões do local de trabalho; as pressões das editoras etc. Em sexto lugar, o que se escreveu até o momento foi a produção de histórias. “Mas os textos também precisam ser lidos – consumidos. Assim como se pode consumir bolo das mais diferentes maneiras (devagar, depressa etc.) e numa série de situações (no trabalho, ao volante, em dieta, num casamento etc.) e circunstâncias (você já comeu o bastante? a digestão é difícil?), nenhuma das quais se repete de maneira idêntica, assim também o consumo de um texto se dá em contextos que igualmente não vão se repetir. De maneira muito literal, não existem duas leituras idênticas” (p. 49).

Ao analisar os diferentes aspectos que exercem influência na prática do historiador, Jenkins traz a historicidade para dentro do fazer do historiador. Dessa maneira, podemos dizer que a história é o que os historiadores fazem.

Nessa situação, a pergunta que tanto nos atordoava desde os bancos escolares deixa de ser “O que é a história?” e passa a ser “Para quem é a história?”.

Para o autor, em suma, a história “é um discurso cambiante e problemático, tendo como pretexto um aspecto do mundo, o passado, que é produzido por um grupo de trabalhadores cuja cabeça está no presente (e que, em nossa cultura, são na imensa maioria historiadores assalariados), que tocam seu ofício de maneiras reconhecíveis uns para os outros (maneiras que estão posicionadas em termos epistemológicos, metodológicos, ideológicos e práticos) e cujos produtos, uma vez colocados em circulação, vêem-se sujeitos a uma série de usos e abusos que são teoricamente infinitos, mas que na realidade correspondem a uma gama de bases de poder que existem naquele determinado momento e que estruturam e distribuem ao longo de um espectro do tipo dominantes/marginais os significados das histórias produzidas” (p. 52).

No segundo capítulo, Jenkins aplica a resposta apresentada no capítulo anterior a alguns dos temas e problemas que geralmente vêm à tona nos debates básicos e introdutórios sobre natureza da história. O autor abre este capítulo com uma série de questionamentos, como se abrisse várias gavetas da sua oficina, e, em seguida, desenvolve suas reflexões sobre cada item (problema) dentro de cada gaveta. Ele apresenta estes problemas em forma de perguntas que precisam ser levadas em devida consideração pelo historiador nestes novos tempos: Será que é possível afirmar o que realmente aconteceu no passado, chegar à verdade, alcançar uma compreensão objetiva? Caso a resposta seja negativa, será que a história está fadada a ser irremediavelmente interpretativa? O que são os fatos históricos? Será que existe mesmo tal coisa? O que é parcialidade e o que significa dizer que os historiadores devem detectá-la e erradicá-la nas fontes? Será possível estabelecer empatia com pessoas que viveram no passado? A história

científica é possível ou a história é essencialmente uma arte? Qual é a situação daqueles pareamentos que aparecem com tanta normalidade nas definições do que seja a história – causa e efeito, semelhança e diferença, continuidade e mudança? (p. 53-4).

Estas perguntas constituem a linha de argumentação durante todo este capítulo. Acreditamos que pelo peso das questões apresentadas, esta é a parte mais densa do trabalho de Jenkins. Não só pelo impacto de tais perguntas dirigidas ao leitor, mas principalmente pelo teor das respostas oferecidas. Página à página, pergunta à pergunta, resposta à resposta, o leitor vai percebendo o processo de desconstrução de dogmas existentes no discurso histórico.

Neste capítulo fica mais claro a influência do pensamento de Michel Foucault na obra de Jenkins. Segundo Rago, como mostra o autor, “uma das principais rupturas que marcaram a produção do conhecimento histórico foi sinalizada por Foucault, ao desestabilizar muitas de nossas certezas e mostrar algumas das armadilhas das quais estávamos sendo vítimas, em seu clássico livro *A arqueologia do saber*. Questionava, por um lado, a crença bastante ingênua de que o documento fosse uma mera transparência da realidade, um reflexo invertido do “real”, um meio de acesso direto aos acontecimentos e aos personagens escolhidos; por outro, apontava para os efeitos de uma narrativa histórica que, na ânsia de construir a “síntese totalizadora” pregada pelo marxismo, ignorava as descontinuidades e descartava o imprevisível, pois não sabia lidar com as diferenças e com o acaso” (p. 11).

As questões apresentadas, na sua leitura, de maneira geral, estão agrupadas em torno “dos corolários da problemática da verdade”. Se o autor pensa desta forma, é porque praticamente todos os debates gerados pela espinhosa “questão da verdade” e em torno dela têm ali seu *locus*: “Debatem se o historiador pode adquirir conhecimento de maneira objetiva e por meio de “práticas apropriadas” ou se esse conhecimento é intersubjetivo e interpretativo; se a história está livre de juízos de valor ou se é sempre posicionada “para alguém”; se a história é inocente/pura ou ideológica, se é imparcial ou parcial, se é fato ou fantasia. Ou debatem se a empatia pode nos proporcionar um entendimento real das pessoas que viveram no passado; se, indo às fontes originais (vestígios do passado), podemos alcançar um conhecimento verdadeiro e profundo, se aqueles pareamentos conceituais de que falamos de que falamos representam a essência da história; e, por fim, se os reais segredos do passado serão revelados mediante o rigor do cientista ou instinto do artista” (p. 89).

Fiel aos pressupostos apresentados no capítulo primeiro, o autor apresenta respostas muito céticas sobre estas questões. Primeira, ele argumenta que a

verdade ou as verdades do passado nos escapa aos olhos. Segunda, que a história é intersubjetiva e ideologicamente posicionada. Terceira, que a tão “almejada” objetividade e imparcialidade são quimeras. Quarta, que a empatia com as pessoas do passado é um conceito viciado. Quinto, que a terminologia “original” não significa necessariamente “genuíno”. Sexto, que a história não é uma arte nem ciência, e sim algo diferente – “uma coisa sui generis, um jogo de linguagem que não está para brincadeiras, que está localizado no tempo e no espaço e no qual as metáforas da história como ciência, ou da história como arte, refletem justamente a distribuição de poder que põe essa metáforas no jogo” (p. 90).

Embora este posicionamento cético em relação ao conhecimento histórico possa causar susto, temor, ameaça, descrença, desdém e diversas outras formas de negativismo do olhares mais resistentes daqueles que preferem ficar presos aos “dogmas” oriundos do século XIX, Jenkins não se intimida e aponta como uma necessidade tal posicionamento.

Aos acusadores desta linha de pensamento de niilista, o autor responde, respaldado pelas proposições de Hayden White, taxativamente que considera “que o relativismo moral e o ceticismo epistemológico constituem a base de tolerância social e do reconhecimento positivo das diferenças” (p. 90).

O ceticismo defendido por Jenkins não é devastador para o conhecimento. Pelo contrário, tem um potencial altamente positivo e reflexivo, pois “é uma atitude que considera o conhecimento uma coisa boa, e que não acha que ele se torna ruim quando o conhecimento cético, que agora temos como uma cultura, nos mostra os limites do conhecimento com pretensões à certeza que outrora julgamos possuir. Novamente, ao vincularmos a história com os poderes que a constituem, ela talvez perca sua inocência; mas, se essa inocência (da “história pela história”) é o caminho pelo qual o discurso dominante articula seus interesses, então se trata de algo que, numa sociedade democrática, deveríamos ser informados” (p. 91).

Para o autor, essa reflexão leva em consideração a forma com a qual o discurso da história foi escrito por forças e pressões que vão muito além do passado, o suposto objeto de estudo daquele discurso.

Remetendo a discussão para o capítulo final, Jenkins observa que a seu ver, são forças e pressões que, atualmente, conseguimos compreender melhor graças às práticas e às idéias do pós-modernismo. Só resta sabermos, agora, o que seria este tal pós-modernismo.

No último capítulo, o autor reúne e integra os argumentos dentro da sua posição teórica, fazendo isso mediante a inserção deles no contexto que dá

forma ao livro. Sem fugir ao seu compromisso com a reflexão sobre o seu fazer, Jenkins julga oportuno dizer por que assume esta e não outra concepção do que seja história, posicionar-se no discurso que tem comentado e considerar as possibilidades deste discurso.

Ele apressa-se, como afirma na introdução do livro, em explicar tal forma de ação perante o conhecimento histórico “porque, como não existimos no vácuo, pode muito bem ser que o período que me produziu, “me escreveu” – já produziu você também e continuará fazê-lo” (p. 21). Esse período é denominado de pós-moderno e é sobre ele que o autor irá se debruçar neste capítulo.

Com a preocupação de auxiliar os leitores na compreensão do mundo pós-moderno, o capítulo é dividido em três segmentos. No primeiro segmento, o autor trabalha uma “definição já existente de pós-modernismo e analisa em linhas gerais a maneira pela qual surgiu a condição a que ela se refere”. No segundo, mostra não apenas “como esse tipo de pós-modernismo produziu uma situação em que uma massa de gêneros históricos já se desenvolveu, mas também quais são os corolários disso para a natureza da história e para o trabalho com a história” (p. 93). No último segmento, há o esboço do argumento sobre o que a história deveria talvez fazer, argumento que, em vez de procurar refutar as conseqüências do período pós-moderno, sugere uma forma positiva de conviver com ele.

Alicerçado na definição apresentada por Jean-François Lyotard sobre o pós-moderno, Jenkins o caracteriza como o período de testemunho da “morte dos centros” e de demonstração de “incredulidade ante as metanarrativas”. Estes dois aspectos significam “que todos aqueles velhos quadros de referência que pressupunham a posição privilegiada de diversos centros (coisas que eram, por exemplo, anglocêntricas, eurocêntricas, etnocêntricas, etnocêntricas, logocêntricas, sexistas) já não são mais considerados legítimos e naturais (legítimos porque naturais), mas temporários, ficções úteis para formular interesses que, ao invés de universais, eram muito particulares; já a “incredulidade ante as metanarrativas” quer dizer que aquelas grandes narrativas estruturadoras (meta-físicas) que deram significado(s) à evolução ocidental perderam a vitalidade” (p. 94).

Depois das proclamações oitocentistas da morte de Deus, segundo o autor, ocorre também o funeral dos substitutos temporais dele. O final do século XX e o século XXI presenciaram, na sua linha de análise, a um solapamento da razão e da ciência, fenômeno que problematizou todos aqueles discursos que se amparavam nelas e tinham pretensão a conquistar a essência, a verdade: “todo o projeto do Iluminismo; os vários programas de progresso, reforma e

emancipação do homem que se manifestavam, por exemplo, no humanismo, liberalismo, marxismo etc” (p. 95).

Antes de passar para o segundo segmento de análise, o autor ressalta que o pós-modernismo é um movimento unificado. Não é uma tendência que pertence exclusivamente à esquerda, ao centro ou à direita, nem pode ser considerado um resultado da melancolia intelectual parisiense pós-maio de 1968.

A pós-modernidade, segundo o autor, para a história representa o desconstrucionismo historiograficamente orientado e metodologicamente balizado. Por em dúvida a noção de verdade do historiador, assinalar a facticidade variável dos fatos, insistir na tecla de que os historiadores escrevem o passado com base nas suas posições ideológicas, enfatizar que a história é um discurso escrito tão passível de desconstrução como qualquer outro, “afirmar que o “passado” é um conceito tão especulativo quanto o “mundo real” a que se os romancistas aludem na ficção realista – só existindo nos discursos presentes que o formulam. Tudo isso desestabiliza e fratura o passado, de modo que nas rachaduras nele abertas se podem produzir novas histórias” (p. 102).

Jenkins conclui o terceiro capítulo apresentando uma maneira possível de agir “historicamente” no mundo pós-moderno. Para ele, este agir está em adotar uma metodologia que desconstrói e historiciza todas àquelas interpretações que têm “a pretensão à certeza e não que questionam suas próprias condições de produção; interpretações que esquecem de indicar sua subserviência a interesses ocultos, que não conseguem reconhecer seu próprio momento histórico e que mascaram os pressupostos epistemológicos, metodológicos e ideológicos que mediam em todo os lugares e em todos os momentos a transformação do passado em história”.

Para pôr em prática essa abordagem da história, Jenkins aponta duas necessidades. A primeira necessidade seria o que ele denominou de “metodologia reflexiva”. Isso significa que é preciso oferecer ao estudante uma análise explícita do porquê de ensinarem-lhe esta ou aquela história e do porquê de ensiná-la desta ou daquela maneira. Uma proposta analítica nesta direção trabalharia a “fértil distinção entre passado e história, da qual emerge a problemática da “questão da história”” (p. 105). A segunda necessidade estaria em fazer estudos historiográficos detalhados para examinar em que medida as histórias anteriores e atuais foram historicamente construídas, “tanto do aspecto metodológico quanto do conteúdístico” (p. 106).

O que o autor sugere, em tom de emergência, é uma historicização radical da história, atitude que considera o ponto de partida para um historiador que saiba

refletir sobre a sua própria atividade. Além disso, a sua sugestão pede que nos trabalhos históricos produzidos de agora em diante, o historiador desenvolva uma posição consciente e assumida.

Esta fala final de Jenkins nos remete às indagações apresentadas por Michel de Certeau, no livro *A Escrita da História* (2000). Neste texto, o autor reforça a necessidade de auto-reflexão sobre o nosso fazer ao deixar as seguintes perguntas: “O que *fabrica* o historiador quando “faz história”? Para quem trabalha? Que produz? Interrompendo sua deambulação erudita pelas salas dos arquivos, por um instante ele se desprende do estudo monumental que o classificará entre seus pares, e, saindo a rua, ele se pergunta: o que é esta profissão?” (p. 65).

Acreditamos que este seja um exercício necessário. Não é fácil, mas necessário. Antes de nos perdemos nos infundáveis meandros da pesquisa de nossos “achados”, precisamos refletir sobre o que fazemos e para quem fazemos história. Quando penso neste ato de reflexão, assim como Jenkins, não me limito aos historiadores. Este é uma solicitação aos estudantes, professores e autores de manuais escolares.

A afirmação de Nietzsche, em *Genealogia da Moral* (1998), alerta-nos para esta necessidade (a citação é longa mas vale a pena): “Nós, homens do conhecimento, não nos conhecemos; de nós mesmos somos desconhecidos – e não sem motivo. Nunca nos procuramos: como poderia acontecer que um dia nos encontrássemos? Com razão alguém disse: “onde estiver teu tesouro, estará também teu coração”. Nosso tesouro está onde estão as colméias do nosso conhecimento. Estamos sempre a caminho delas, sendo por natureza criaturas aladas e coletoras do mel do espírito, tendo no coração apenas um propósito – levar “algo para casa”. Quanto ao mais da vida, as chamadas “vivências”, qual de nós pode levá-las a sério? Ou ter tempo para elas? Nas experiências presentes, receio, estamos sempre “ausentes”? Nelas não temos nosso coração – para elas não temos ouvidos. Antes, como alguém divinamente disperso e imerso em si, a quem os sinos acabam de estrondear no ouvido as doze batidas do meio-dia, e súbito acorda e se pergunta “o que foi que soou?”, também nós por vezes abrimos *depois* e perguntamos, surpresos e perplexos inteiramente, “o que foi que vivemos?”, e também “quem somos realmente?”, e em seguida contamos, depois, como disse, as doze vibrantes batidas da nossa vivência, da nossa vida, nosso *ser* – Ah! E contamos errado... Pois continuamos necessariamente estranhos a nós mesmos, não nos compreendemos, *temos* que nos mal-entender, a nós se aplicará para sempre a frase: “Cada qual é o mais distante de si mesmo” – para nós mesmos somos “homens do desconhecimento”...” (1998: 7-8).

Desconhecidos, é o que somos. Desconhecidos! Repitamos a pergunta de Nietzsche: “quem somos realmente?”. Esta crise existencial, aparentemente insolúvel, é fundamental para rompermos as grossas correntes que nós podemos libertar. Talvez seja a hora de dizermos que não apenas existe vida lá fora, mas aqui dentro (da nossa oficina). Pois, como diria Febvre, em tom poético, historiadores: “Envolvam-se na vida. Na vida intelectual, sem dúvida, em toda variedade. Historiadores, sejam geógrafos. Sejam também juristas e sociólogos, e psicólogos; não fechem os olhos ao grande movimento que, à vossa frente, transforma, a uma velocidade vertiginosa, as ciências do universo físico. Mas vivam, também, uma vida prática. Não se contentem com presenciar da costa, preguiçosamente, o que se passa no mar em fúria. Dentro do barco ameaçado, não sejam como Panurge que se macula de medo varonil, nem mesmo como o bom Pantagruel, que se contenta, abraçado ao mastro grande, com levantar os olhos ao Céu e implorar. Arregacem as mangas, como Frei João. E ajudem os marinheiros na manobra.

É tudo? Não. Não é mesmo nada, se vocês continuarem a separar a ação do pensamento, a vida do historiador da vida do homem. Entre a ação e o pensamento, não há separação. Não há barreira. É preciso que a história deixe de vos aparecer como uma necrópole adormecida, onde só passam sombras despojadas de substância. É preciso que, no velho palácio silencioso onde ela dorme, vocês penetrem, animados da luta, todos cobertos da poeira do combate, do sangue coagulado do monstro vencido – e que, abrindo as janelas de par em par, avivando as luzes e restabelecendo o barulho, despertem com a vossa própria vida, com a vossa vida quente e jovem, a vida gelada da princesa adormecida...” (FEBVRE, 1986: 40).

É preciso, meus caros companheiros de comunidade de destino, sabermos pensar e amar a história que fazemos a cada dia.

### **Bibliografia de Apoio:**

DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 2000.

FEBVRE, Lucien. *Os Combates pela História*. Lisboa, Presença, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo, Contexto, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

### **Agradecimentos:**

Agradeço à **Profa. Dra. Margareth Rago** pelas aulas fascinantes oferecidas ao longo do primeiro semestre de 2002 na pós-graduação da História e a leitura atenta e enriquecedora feita deste ensaio. Ao **Prof. Pedro Paulo A. Funari** por incentivar sempre a publicação de meus resultados de pesquisa. Um especial agradecimento à amiga **Verônica Souza** (“**Sarah**”) por discutir as idéias que aos poucos foram dando origem a este texto. Aos colegas da linha de pesquisa “Gênero, Identidades e Cultura Material” sou grato pelas preciosas discussões teóricas e metodológicas. À **Marili Bassini** registro minha admiração pelo amor ao ofício de professora de História. Devo, entretanto, ressaltar que as idéias aqui esboçadas sobre a obra de Keith Jenkins são de inteira responsabilidade do autor.